

CORPO-TERRITÓRIO NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES QUILOMBOLAS DE ABACATAL-PA/AMAZÔNIA

THE BODY-TERRITORY IN THE POLITICAL ORGANIZATION OF QUILOMBOLA WOMEN FROM ABACATAL-PA/AMAZÔNIA

Maria Amoras¹

Solange Maria Gayoso da Costa²

Silvia Moreira Fernandes³

Resumo: Este artigo integra a pesquisa intitulada “Mulheres quilombolas em movimento: o protagonismo político de mulheres quilombolas na organização social e política do território”, desenvolvida no norte da Amazônia brasileira, particularmente, no estado do Pará. O recorte apresentado sintetiza o estudo relacionado às estratégias de defesa do corpo-território mobilizado pelas mulheres do Quilombo de Abacatal (PA). O estudo fundamentou-se na pesquisa-ação participativa e adotou a interseccionalidade como abordagem teórico-analítica. As narrativas apreendidas evidenciam que essas mulheres se reconhecem como corpos-territórios, categoria política vinculada a uma epistemologia ancestral da existência. Para as abacataenses, a luta feminina é indissociável da luta pelo território.

Palavras-chave: Quilombo; Mulheres Quilombolas; Corpo-Território; Quilombo do Abacatal; Amazônia.

Abstract: This article is part of the research project entitled “Quilombola women in movement: the political protagonism of quilombola women in the social and political organization of territory”, conducted in the northern Brazilian Amazon, particularly in the state of Pará. The excerpt presented here synthesizes the study’s findings on the body-territory defense strategies mobilized by women from the Quilombo de Abacatal (PA). The study drew on participatory action research and adopted intersectionality as its theoretical-analytical framework. The narratives gathered reveal that these women understand themselves as body-territories, a political category grounded in an ancestral epistemology of existence. For the women of Abacatal, the feminist struggle is inseparable from the struggle for territory.

Keywords: Quilombo; Quilombola Women; Body-Territory; Abacatal Quilombo; Amazônia.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Antropologia - Universidade Federal do Pará; Professora do Magistério Superior - Universidade Federal do Pará; E-mail: samoras@ufpa.br; ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0785-4490>.

2 Doutora em Ciências Socioambientais - Universidade Federal do Pará; Professora do Magistério Superior - Universidade Federal do Pará; E-mail: solgayoso@ufpa.br; ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5542-3663>.

3 Doutoranda em Serviço Social - Universidade Federal do Pará; Assistente Social - Núcleo de Proteção Social Especial da Secretaria de Estado de Assistência Social do Amapá; E-mail: silviamoreiradoc@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9334-6570>.

Introdução

Este artigo apresenta reflexões inseridas no âmbito da pesquisa intitulada “Mulheres quilombolas em movimento: o protagonismo político de mulheres quilombolas na organização social e política do território”⁴, empreendida no norte da Amazônia brasileira, em particular, no estado do Pará. O texto reúne, simultaneamente, da investigação de campo desenvolvida com as mulheres do Quilombo de Abacatal (PA)/Amazônia, localizado na Região Metropolitana de Belém (RMB), buscando compreender as estratégias de resistência mobilizadas por essas mulheres em defesa do território.

Inserido em uma longa trajetória de resistências afrodiaspóricas na América Latina, o Quilombo de Abacatal trava lutas permanentes em defesa do território ancestralmente ocupado. No Brasil, o direito às terras quilombolas está previsto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADTC/CF) (Brasil, 1988), segundo o qual: “Aos remanescentes de comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade privada definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. Cabe ao Estado, portanto, outorgar a titulação dessas terras, conforme previsto no dispositivo constitucional, resultado histórico das lutas coletivas empreendidas pelos povos quilombolas.

Antes de avançar para as reflexões produzidas com base no trabalho de campo, torna-se imperioso explicitar os fundamentos teóricos, políticos e metodológicos que alicerçam as considerações apresentadas neste estudo. Entre o século XVII e as últimas décadas do século XIX, período que antecede o fim do escravagismo no Brasil, diversos grupos negros passaram a se constituir enquanto “territórios negros rurais” ou “terras de pretos”. Nesse contexto, comunidades quilombolas organizaram formas próprias de existência econômica, social e política. A busca por autonomia demandou a construção de estratégias de resistência articuladas com diferentes sujeitos e grupos sociais, entre eles indígenas, piratas, taberneiros, fazendeiros, lavradores, autoridades coloniais e, sobretudo, pessoas negras ainda submetidas à escravização (Gomes, 1997).

Para o autor, tais estratégias e experiências, atravessadas por contradições e conflitos, determinaram os sentidos da existência desses sujeitos enquanto agentes de suas próprias histórias. Segundo Nascimento (1980), o quilombo na diáspora apresenta especificidades, ao romper com os espaços de

4 Pesquisa apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de Edital de fomento à ciência brasileira, período 2002-2025, desenvolvida por pesquisadores vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social.

dominação colonial, populações africanas escravizadas construíram modos autônomos de existência. Nesse processo, materialidade e simbolismo se entrecruzam na produção da vida sobre a terra, constituindo modos de pertencimento mediados por territorialidades, entendidas como categoria analítica e dimensão imaterial da identidade territorial.

Nesse viés, a territorialidade relaciona-se ao domínio do vivido, à medida que o território corresponde ao espaço formalmente institucionalizado (Haesbaert, 2007). O quilombo, portanto, distancia-se da noção historicamente difundida de espaço de “fugitivos” para afirmar-se como território coletivo de resistência, organizado por sujeitos que enfrentaram variadas formas de opressão em defesa do direito a modos próprios de viver, existir e permanecer na terra.

Em consonância com a percepção desses grupos, o território tradicional tem sido interpretado nos ordenamentos jurídicos como um espaço tecido por territorialidades ressignificadas no tempo. Isto posto, parte-se do entendimento de que seja um modo ancestral de um quilombola estar e relacionar-se com o espaço habitado, ou seja, o corpo-território, aquele que se forma e age no imaginário simbólico do lugar. Assim, as “fugas” e a formação de quilombos podem ser observadas em toda a América como uma maneira de enfrentamento ante as múltiplas opressões promovidas pelo sistema escravagista que estruturaram o sistema capitalista.

Ao longo de séculos, populações quilombolas enfrentam o racismo, a violência de gênero, as desigualdades étnico-raciais e de classe, a expropriação territorial, os deslocamentos forçados e o epistemídio. O enfrentamento dessas violências expressa formas de organização social e política, marcadas pela participação ativa das mulheres nos processos de defesa e permanência nos territórios. Conforme evidenciado pela literatura consultada, sobretudo no contexto dos países das Américas (Amoras *et al.*, 2021), tais estruturas de opressão, engendradas pelo projeto colonial, incidem sobre a vida de mulheres negras, indígenas, periféricas e de outros grupos subalternizados.

Mediante o exposto, a Amazônia constitui-se historicamente como um espaço marcado por desigualdades estruturais que, interseccionadas, acumulam múltiplas camadas de opressão sobre os corpos-territórios de mulheres negras e indígenas. Nas últimas décadas, a expansão de megaempreendimentos vinculados à mineração, às hidrelétricas e ao agronegócio intensificou a participação de diferentes grupos de mulheres nas lutas em defesa da terra e dos modos de vida coletivos.

Essas mulheres reivindicam o direito à proteção e à continuidade de suas formas de existência, bem como o reconhecimento legal de suas

autodeclarações identitárias. Tal reivindicação envolve a demarcação e a titulação de seus territórios e a formulação de políticas públicas comprometidas com a reparação histórica das violências e violações sofridas no âmbito da justiça racial e social.

Nessa perspectiva, a questão ultrapassa a dimensão restrita da provisão de serviços básicos e insere-se, de maneira central, no campo da política social, no tocante à construção de políticas de reconhecimento territorial capazes de assegurar a reprodução física, cultural e política desses grupos diante do avanço das dinâmicas de expansão do capital.

Nesses territórios, as mulheres ocupam lugares estratégicos na dinâmica do cotidiano, seja dentro ou fora de suas casas, posto que o coletivo e o comunitário se fortalecem na confluência desses espaços nos territórios tradicionais. Nessas comunidades, elas assumem o protagonismo dessa mediação entre a vida doméstica e comunitária, produzindo sentidos e significados que sustentam formas comuns de existência e fortalecem os vínculos de pertencimento entre seus grupos e a terra. Trata-se, pois, de uma cosmopolítica de afirmação territorial inscrita no tempo, por meio da qual práticas cotidianas, memórias ancestrais e modos coletivos de viver articulam estratégias de permanência e resistência.

Esse modo de as mulheres conceberem e viverem o cotidiano do território desencadeia inúmeros modos de articulação e explica o aumento da participação feminina nos movimentos sociais da população quilombola. Tal contexto também permite compreender o recrudescimento da violência política direcionada a essas mulheres nas últimas décadas. A ampliação de sua participação nos espaços de organização e luta coletiva tensionou as pautas históricas desses movimentos, incorporando a defesa do corpo-território como um direito inegociável. Isso ocorre porque tais mulheres entendem que as lutas femininas são indissociáveis das lutas pelo território e pela defesa da vida, envolvendo, igualmente, a construção de outros horizontes possíveis de existência, ou seja, de outros mundos.

Tendo em vista os objetivos da investigação, o artigo busca, a partir do encontro com as mulheres do Quilombo de Abacatal, possibilitado pela pesquisa-ação participativa, compreender as formas de agência coletiva das mulheridades quilombolas. Nesse percurso, o estudo tensiona as estruturas do Estado colonial, racista, urbano-centrado, cisheteropatriarcal e capitalista, produtor de invisibilidades que incidem sobre corpos historicamente subalternizados, como os de mulheres indígenas, negras, quilombolas e demais populações tradicionais.

Trata-se de corpos situados na base das múltiplas opressões produzidas por esse modelo de Estado, bem como movidos por cosmopolíticas de resistência que protagonizam lutas em defesa da vida, do território e da construção de outros mundos possíveis, conforme evidenciado pela pesquisa.

Nesse intuito, as mulheres abacataenses ocupam, neste estudo, posição tão central quanto a literatura mobilizada, fazendo-se presentes e atuantes por meio de suas epistemes, narrativas e experiências. Constituem-se, portanto, como potentes enunciadoras de saberes ancestrais insurgentes, produzidos nos quilombos e inscritos, particularmente, nos corpos femininos racializados.

1 Sobre a perspectiva metodológica

É relevante explicitar o percurso que conduziu à construção desta pesquisa, uma vez que a formulação do problema de estudo integra o próprio caminho metodológico da investigação. Há mais de uma década, os grupos de pesquisa responsáveis por este estudo desenvolvem, em parceria com organizações comunitárias quilombolas do estado do Pará e com estudantes ingressantes na universidade pública por meio do Processo Seletivo Especial para indígenas e quilombolas, projetos de pesquisa, ensino e extensão voltados às demandas e às lutas desses territórios. Ao longo dessas experiências, tornou-se recorrente a presença expressiva de mulheres na condução dos processos organizativos e políticos das comunidades. Tal constatação suscitou o seguinte questionamento: o que impulsiona essas mulheres a assumirem a organização política do território?

Dessa feita, observou-se que a menção ao “corpo-território” foi recorrente nos argumentos das mulheres abacataenses para externar o modo como se viam na relação com o território. Para elas, seus corpos expressam o pertencimento à terra, produzem territorialidades e identidades específicas. Em vista disso, qualquer ameaça dirigida a seus corpos constitui, igualmente, uma ameaça ao território, assim como toda violência contra o território incide diretamente sobre seus corpos. Tal compreensão decorre da percepção de que território e ancestralidade são dimensões indissociáveis da existência. Para essas mulheres, onde seus corpos estiverem, seus territórios também estarão.

A pesquisa evidenciou, portanto, que os corpos femininos quilombolas são concebidos como territórios de enfrentamento, resistência e permanência coletiva no tempo. Nesse compasso, o combate ao racismo e à violência de gênero configura-se, simultaneamente, como luta em defesa do território.

Desse modo, o corpo-território foi assumido como categoria analítica emergente das epistemes dessas mulheres, possibilitando compreender os sentidos que impulsionam o protagonismo feminino na organização política do território.

Mediante o exposto, a intenção da pesquisa justificou a importância de refletir acerca do engajamento político das mulheres quilombolas em uma região historicamente marcada pela ação de agentes vinculados à exploração de riquezas naturais, como ocorre no norte da Amazônia brasileira. Trata-se de um território submetido, há séculos, às violações produzidas pelos empreendimentos extrativistas articulados ao grande capital.

Nesse contexto, a interseccionalidade foi mobilizada como perspectiva teórico-analítica, conforme propõe Collins (2022), viabilizando problematizar as desigualdades e opressões interseccionais que incidem sobre corpos historicamente subalternizados, especificamente os corpos das mulheres do Sul Global. A autora analisa as múltiplas formas de opressão direcionadas às mulheres e, em particular, às mulheres negras, argumentando que elas não permanecem passivas diante das violências sofridas. Ao contrário, constituem-se como agentes de processos emancipatórios, elaborando estratégias de enfrentamento às estruturas de poder que operam de maneira agudizada sobre seus corpos e territórios.

No tocante à interseccionalidade, Collins (2022) explica que, enquanto teoria social crítica, ela favorece o desvelamento das estruturas históricas das múltiplas violências que se entrecruzam e manifestam-se como opressões na vida de pessoas e grupos socialmente vulnerabilizados. Embora reiteradamente invisibilizadas, tais opressões permanecem presentes nas instituições sociais, nas relações familiares e comunitárias, bem como nos espaços públicos e privados. Em consonância com a autora, as opressões não operam de maneira isolada nem se expressam uniformemente ao longo do tempo. Ao contrário, configuram-se como processos dinâmicos, interdependentes e sobrepostos, articulando-se em relações unificadas de poder. Mesmo quando negligenciadas ou naturalizadas, essas dinâmicas interseccionais atravessam e afetam as múltiplas dimensões da vida social.

Nesse compasso, interessou a este estudo identificar e analisar as violações que põem em risco o corpo-território das mulheres abacataenses e, conseqüentemente, a continuidade histórica do quilombo. A pesquisa-ação, enquanto viés metodológico (Gaskell, 2002), possibilitou estar “entre” e “com” essas mulheres, fomentando a escuta percuciente de suas narrativas e experiências. Para a autora, “A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a condição *sine*

qua non da entrevista narrativa [...]” (Gaskell, 2002, p. 65). Nessa senda, a pesquisa de campo foi empreendido entre os anos de 2022 a 2024, na comunidade Quilombola de Abacatal (PA), cujos dados foram produzidos mediante observação participante e entrevistas narrativas com 10 mulheres reconhecidas pela comunidade como lideranças políticas.

A seleção das interlocutoras considerou os seguintes critérios: reconhecimento comunitário enquanto liderança; autoidentificação; atuação na associação de moradores, em coletivos ou movimentos sociais; e residência no quilombo⁵. Para a realização das entrevistas, aplicou-se um roteiro individual de identificação, estruturado a partir de temáticas evidenciadas durante a imersão em campo, as quais serviram como disparadoras das narrativas produzidas pelas participantes.

Para o trabalho de campo, além das entrevistas narrativas, também foram realizadas observação com registro no caderno de campo, o que permitiu considerável aproximação com a vida cotidiana na dinâmica de suas relações sociais, internas e externas ao território e a aplicação de um formulário informacional contendo dados quantitativos e qualitativos sobre os seguintes aspectos: dados de identificação da comunidade; caracterização geral da comunidade (aspectos históricos, organização econômica, organização social e manifestações culturais, organização social e espacial e organização política); além da captura de imagens (vídeos e fotografias).

A ação-participativa também ocorreu no transcurso das reuniões da associação dos moradores na comunidade, nas audiências públicas fora do território e nos espaços formativos (oficinas) promovidos pelo coletivo de mulheres envolvido com a religião de matriz africana, o artesanato, a culinária, a dança e a preparação de novas lideranças femininas, como o projeto “meninas líderes”.

Os dados reunidos foram analisados conforme os seguintes aspectos: sistemas de poder que interseccionam opressões nos corpos-territórios das abacataenses, no caso, os sistemas de poder que produzem efeitos articulados; as experiências complexas vividas na organização social e política do território; as relações de poder que imprimem opressões sobre os corpos das mulheres abacataenses; e o modo como reagem estrategicamente, isto é, seus enfrentamentos políticos; e possibilidades de transformação social que promovam a justiça social em conformidade com as experiências políticas das mulheres abacataenses.

5 A escolha desses critérios se baseou no modo como uma pessoa da liderança política é identificada em Abacatal.

A análise das entrevistas narrativas, conforme propõe Gaskell (2002), desenvolveu-se em etapas sistemáticas voltadas à exploração qualitativa do material empírico. Preliminarmente, procedeu-se à transcrição detalhada material verbal audiogravado e dos registros produzidos manualmente no caderno de campo. Por conseguinte, realizou-se a distinção entre elementos indexados e não indexados nos relatos. A análise concentrou-se no ordenamento cronológico e factual dos eventos por intermédio dos componentes indexados, ao passo que as partes não indexadas possibilitaram explorar dimensões subjetivas, interpretativas e experienciais das narrativas. Posteriormente, a comparação e o agrupamento das trajetórias individuais permitiram identificar recorrências, aproximações e pontos de convergência entre as experiências narradas, favorecendo a constituição de trajetórias coletivas. Tal procedimento conferiu densidade analítica à pesquisa e ampliou a compreensão das experiências históricas e políticas compartilhadas pelas mulheres entrevistadas.

Conceitos, categorias teóricas de análise e imersão no campo

As comunidades negras, também denominadas de mocambos, retiros, entre outras formas de organização coletiva, foram historicamente criminalizadas por dispositivos legais que as associavam à desordem e à organização criminosa (Santos, 2015). Ainda assim, os movimentos de resistência contribuíram para o fortalecimento desses grupos, mesmo diante de ataques permanentes promovidos pelas estruturas de poder. Nesse cenário, as revoltas constituíram-se como estratégias de enfrentamento ao sistema de dominação colonial e de defesa de modos próprios de existência.

Na ótica de Collins (2022), a matriz de dominação que estrutura a opressão colonial, racista, patriarcal e classista, incidiu de maneira particularmente violenta sobre os corpos das mulheres negras. Sua análise enfatiza que essa matriz interseccionada sustenta, ao longo dos séculos, a exploração do trabalho dessas mulheres, muitas das quais ainda permanecem submetidas a condições análogas à escravidão. Alimentadoras das desigualdades raciais, de gênero e de classe, a manutenção de classificações arbitrárias opera como mecanismo de controle social e opressão, sustentando os pilares do capitalismo e manifestando-se nas mais diversas instituições e relações sociais.

Nessa direção, ao longo de séculos, as populações quilombolas vêm mobilizando estratégias coletivas de continuidade e permanência territorial, como evidenciado pelas práticas políticas das mulheres abacataenses. Entre tais estratégias, evidenciou-se, nesta pesquisa, o modo como essas mulheres

acionam a identificação de corpo-território como dimensão constitutiva de suas lutas.

Esse achado reiterou a hipótese de que a resistência demanda materialidade em espaços de poder para converter-se em garantia de direitos. Desse modo, o corpo-território assumiu protagonismo como categoria analítica deste estudo, fomentando a problematização de estratégias mobilizadas pelas mulheres no enfrentamento no que tange às violações dirigidas ao território, considerado por elas como espaço político de defesa da permanência coletiva no tempo. Tal discussão torna-se ainda mais relevante em uma região submetida a múltiplos e constantes ataques, como acontece no norte da Amazônia brasileira. Para ampliar essa discussão, Gago (2020, p. 107) assevera que:

Corpo-território é um conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação [...]. A conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e específica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território. O corpo se revela, assim, composição de afetos, recursos e possibilidades que não são “individuais”, mas se singularizam, porque passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só “um”, mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas.

Tomar o corpo-território como categoria analítica, tal como elaborado pelas mulheres abacataenses reconhecidas como lideranças políticas, viabilizou compreender seus corpos como agentes da narrativa. Isso significa afirmar que, ao falarem de si, essas mulheres não mobilizam um “eu” narcísico ou individualizado, na verdade, enunciam vivências inscritas em uma história coletiva, constituída nas relações estabelecidas entre os corpos femininos e o território. Tal compreensão emerge de maneira expressiva no relato de Turi, mulher abacataense e liderança política da comunidade, ao descrever as ameaças e violações territoriais que incidem sobre a vida das mulheres:

É um jeito de matar aos poucos uma mulher. As ameaças é matar, tirar a vida de uma mulher aos poucos, porque a gente usa, a gente vive, a gente se relaciona com o território a todo tempo. Seja uma borboleta que você veja no caminho, você tem uma relação com ela, porque você admira e porque vocês conversam, por mais que você não entenda o significado da

existência da borboleta, mas já muda alguma coisa dentro de si. Então, a gente todo tempo tá em ligação com o território. Então, qualquer ameaça que venha, qualquer embate que venha, tá nos ferindo (Entrevista audiogravada com Turi, 2024).

As mulheres abacataenses constituem-se como agentes das denúncias e mobilizações em defesa do território, buscando ocupar, continuamente, espaços de poder internos e externos à comunidade, como associações de moradores, universidades, instituições religiosas, organizações políticas partidárias, coletivos e movimentos sociais. Na diáspora africana, desde períodos anteriores, mulheres negras já assumiam protagonismo nas lutas contra a sociedade escravagista, conforme destacam Amoras, Costa e Araújo (2021), bem como Pimentel e Silva (2022). Trata-se de sujeitos que, historicamente, territorializam suas vozes em diferentes tempos e espaços, protagonizando suas próprias histórias e tensionando as estruturas do patriarcado eurocêntrico (Nunes, 2009).

A análise desenvolvida neste estudo, ancorada em Collins (2022), buscou assimilar as múltiplas opressões dirigidas às mulheres abacataenses e as formas de agência mobilizadas por elas perante as violações sofridas, essencialmente suas estratégias de resistência. Nesse panorama, “ser liderança” configura-se como uma posição permanentemente tensionada no cotidiano da comunidade, na medida em que o lugar social da liderança permanece historicamente associado à construção hegemônica do corpo masculino, produzida pelo patriarcado eurocêntrico.

Entretanto, no enfrentamento às violências que incidem sobre o território e sobre seus corpos, essas mulheres acionam diferentes espaços de pertencimento e identidade étnica, convertendo-os em espaços políticos de articulação, decisão e resistência. Foi a partir do rastreamento dessas experiências e deslocamentos que este estudo também identificou os múltiplos lugares ocupados pelas mulheres abacataenses reconhecidas como lideranças políticas.

2 Olímpia e Abacatal: uma história da luta quilombola na Amazônia

O Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), produziu um levantamento inédito acerca da população quilombola no Brasil, identificando 1.327.802 pessoas autodeclaradas quilombolas no país. Desse total, 10,17% residem no estado do Pará, que concentra a quarta maior população quilombola brasileira, correspondente a 135.033 pessoas. No mesmo período, a Fundação

Cultural Palmares informou a existência de 266 comunidades quilombolas certificadas no Pará, reconhecidas sob o critério de autodefinição.

Na Amazônia, povos tradicionais e comunidades quilombolas enfrentam conflitos permanentes relacionados à defesa de seus territórios. As lutas mobilizadas por essas populações ante as múltiplas formas de violência e expropriação têm sido compreendidas, no âmbito dos movimentos sociais, como expressões de racismo ambiental e racismo institucional. As violações dirigidas aos territórios quilombolas, no tempo presente, articulam-se a processos históricos de expropriação inaugurados no transcurso da escravização de povos africanos. Forjadas nas estruturas do racismo e do sexismo que ancoram o patriarcado eurocêntrico, tais ameaças são continuamente atualizadas pela ação de múltiplos sistemas de opressão, entre eles, os grandes empreendimentos econômicos que avançam sobre os territórios tradicionais.

A comunidade de Abacatal constitui um quilombo de herança cuja origem remonta a 1710, conforme demonstram as pesquisas de Marin e Castro (2004). Sua formação está relacionada ao processo de escravização na região norte da Amazônia, período marcado pelas formas mais violentas de exploração do trabalho de populações africanas escravizadas, sobretudo, nas lavouras de cana-de-açúcar e na produção de seus derivados.

A titulação da terra representa, para a comunidade, uma garantia material de proteção contra a subtração de direitos por terceiros e pelo próprio Estado. O reconhecimento jurídico do território fomenta a continuidade de territorialidades específicas, sustentadas por formas próprias de organização social e de relação com a natureza. Todavia, as populações quilombolas reconhecem que o título da terra, isoladamente, não assegura sua permanência no território. Em Abacatal, assim como em outros quilombos, os direitos territoriais permanecem reiteradamente ameaçados pela invasão de terras e pela aproximação de empreendimentos econômicos que avançam sobre esses espaços.

Nesse contexto, a atuação do Estado revela-se ambivalente. Se, por um lado, ele figura como ente responsável pela garantia do direito constitucional previsto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), por outro, atua como mediador de interesses privados ao autorizar e licenciar grandes empreendimentos que ameaçam os territórios tradicionais. Tal mediação, mantida por uma lógica de “falsa democracia”, contribui para a despolitização dos conflitos e para a institucionalização de relações de subordinação impostas às comunidades.

Além da Constituição Federal, comunidades quilombolas e povos tradicionais encontram respaldo jurídico na Organização Internacional do Trabalho por meio da Convenção nº 169, que assegura direitos relacionados ao território, à autodeterminação e à consulta prévia. É a partir dessas prerrogativas legais que as mulheres abacataenses amparam suas lutas em defesa do território. Ainda assim, como destacou Fátima Silva, uma das lideranças de Abacatal: “a luta contra o Estado é uma luta injusta, porque ele pode cumprir ou não com o que prevê o documento”. A liderança explica:

[...] é uma luta muito injusta [...]. E através desses documentos que a gente consegue, por exemplo, do PBAQ [Plano Básico Ambiental Quilombola], a gente tem o nosso protocolo de consulta que a gente luta que é de acordo com a OIT 169, que diz que todos os povos e comunidade tradicionais, a qualquer empreendimento que venham afetar a sua maneira de vida, ela tem que ser comunicada muito previamente, para ela conseguir é reverter ou lutar da melhor maneira possível [...] (Entrevista audiogravada com Fátima Silva, 2024).

A comunidade de Abacatal tem buscado garantir o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), instrumento juridicamente amparado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Em meio às reivindicações históricas dos povos tradicionais pelo direito à terra, à vida digna, à saúde e ao acesso ao território e à floresta, a Lei nº 13.123, de maio de 2015 (Brasil, 2015), regulamenta, no Brasil, a construção de protocolos comunitários enquanto instrumentos jurídicos de proteção e autodeterminação coletiva.

A importância da Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) encontra respaldo direto na Convenção nº 169 da OIT, que estabelece, em seu art. 6º, alínea “a”, o compromisso dos Estados-membros de “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”. Ao assegurar a participação coletiva nos processos decisórios, esse dispositivo tem subsidiado as comunidades tradicionais na defesa, na valorização e no reconhecimento de seus direitos territoriais e políticos.

O Quilombo de Abacatal localiza-se no município de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém, ao norte da Amazônia brasileira, constituindo um território historicamente consolidado há mais de 300 anos. Conforme demonstram os estudos de Marin e Castro (2004), a história das famílias de Abacatal está profundamente vinculada aos engenhos de açúcar, estabelecidos nas proximidades do rio Guamã entre os séculos XVIII e XIX,

e à participação de populações africanas escravizadas na organização da agricultura comercial articulada à dinâmica econômica de Belém do Grão-Pará.

Historicamente, o Quilombo de Abacatal configura-se como um território cuja origem está vinculada ao protagonismo de Olímpia, mulher escravizada que, no século XVIII, teve três filhas com o conde português Coma Mello. Segundo Marin e Castro (2004), a terra teria sido destinada como herança às filhas de Olímpia, fato que deu origem ao quilombo. Nesse processo, Olímpia e suas três filhas figuram como protagonistas da constituição histórica de Abacatal.

Na atualidade, as terras da comunidade encontram-se regularizadas. Conforme destacam Lima, Maciel e Flores (2020, p. 291-292), “a documentação de posse da terra foi entregue pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) em 1999 [...]”. Tal reconhecimento resultou de intensos processos de organização social e política mobilizados pela comunidade em defesa do direito de viver na terra e de afirmar sua ancestralidade africana na Amazônia. Entretanto, a luta quilombola não se restringe à obtenção do título fundiário, envolve, na verdade, a garantia das condições de permanência material, cultural e coletiva no território. É nesse contexto que os modos de vida quilombolas permanecem constantemente ameaçados.

Ao longo do tempo, Abacatal enfrentou variados processos de invasão e violação territorial. Em períodos anteriores, parte de suas terras foi ocupada pela empresa italiana de pneus Pirelli e por agentes que reivindicavam a propriedade da área, desencadeando conflitos e violações de direitos. Na década de 1980, a comunidade sofreu com a demolição de moradias. Já nos anos 1990, teve de conviver com a instalação do “Lixão do Aurá” em suas proximidades (Sirotheau, 2012).

Nos dias de hoje, o território segue impactado por diferentes empreendimentos e processos de expansão urbana, entre os quais, o aterro sanitário de Marituba, a extração ilegal de aterro por empresas da construção civil, a abertura de estradas e rodovias, a expansão imobiliária no entorno e a instalação de uma subestação de energia elétrica. Tais intervenções intensificam a degradação ambiental e aprofundam as ameaças à permanência territorial da comunidade.

Se Abacatal trava lutas desde sua origem e se as mulheres negras tradicionalmente participaram, de forma ativa, do enfrentamento às opressões dirigidas a seus corpos e territórios, como fizeram Olímpia e suas filhas, este estudo buscou rastrear as continuidades dessas resistências entre as mulheres abacataenses. Conforme argumenta Werneck (2010, p. 15),

“[...] mulheres negras tiveram e têm como base a atualização seletiva de elementos da tradição afro-brasileira e de diferentes modelos que conferiam à mulher negra o poder de liderança e de agenciamento”.

No chamado “pós-abolição”, mulheres negras continuam a ocupar lugares marcados pela precarização, pela subalternização e pela permanência das violências produzidas pelas estruturas de dominação capitalista, racista e patriarcal. Nesse contexto, os territórios quilombolas constituem-se como espaços de resistência e continuidade coletiva, inestimáveis para a manutenção da vida dos grupos que neles permanecem.

As mulheres negras seguem entre os grupos mais vulnerabilizados do país e, diante dessa realidade, ampliam e tensionam as vertentes do feminismo negro. Contudo, reconhecem que tais formulações ainda não alcançam plenamente as especificidades das experiências quilombolas. Como afirmou Vanuza Cardoso: “a quilombola tem pouca representatividade na agenda dos movimentos feministas” (entrevista audiogravada, 2023). Nessa direção, Curiel (2020) aponta para a necessidade de ruptura com as estruturas de opressão reproduzidas pelo feminismo ocidental moderno, posto que esse modelo invisibiliza os processos históricos de desumanização impostos às mulheres negras pelo sistema colonial. Nessa senda:

Uma posição decolonial feminista significa entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno (Curiel, 2020, p. 133).

As reflexões de Gonzalez (2020) acerca dos limites da categoria gênero no tocante à divisão sexual do trabalho mostram-se inestimáveis para pensar as experiências das mulheres latino-americanas. A autora problematiza a insuficiência de abordagens que desconsideram as múltiplas conexões entre gênero, raça, classe e colonialidade, dimensões que atravessam concretamente as experiências de vida dessas mulheres em diferentes contextos sociais e territoriais. Tais formulações revelam-se expressivas para compreender a realidade das mulheres amazônicas.

Como será discutido no próximo tópico, a pesquisa viabilizou interpretar que as mulheres abacataenses, reconhecidas como lideranças políticas, vivenciam opressões interseccionais estruturadas no racismo, na desigualdade de gênero e na colonialidade. Trata-se de mecanismos que operam na subalternização das mulheres quilombolas e de outros grupos historicamente vulnerabilizados do chamado Sul Global, entre eles mulheres negras,

índigenas, mestiças, refugiadas, migrantes e demais sujeitas atravessadas por múltiplas formas de opressão.

3 Estratégias de organização política das abacataenses na defesa do corpo-território

A maioria das mulheres de Abacatal reconhecidas pela comunidade como lideranças políticas atua à frente da Associação de Moradores ou mantém vínculos com organizações e coletivos do movimento social. Parte dessas mulheres começou a ocupar posições de liderança a partir de experiências vivenciadas, desde a infância, nos embates políticos em defesa do território, acompanhando familiares envolvidos nas ações comunitárias e associativas. Outras atribuem a construção de suas trajetórias políticas às vivências desenvolvidas nas igrejas, nos grupos de matriz africana, na escola da comunidade como professoras, na produção artesanal, nos grupos de dança e na universidade, acessada pelas políticas afirmativas de cotas e pelos processos seletivos especiais.

A despeito das diferentes trajetórias, todas afirmam mover-se pelo sentimento de pertencimento ao território e pelo compromisso com a memória coletiva construída em Abacatal, sem desvincular suas lutas da resistência protagonizada por Olímpia e suas três filhas. Soma-se a isso a defesa incondicional do presente e do futuro de seus filhos, dimensão evocada nas narrativas como motivação para a permanência na luta política.

Em 18 de janeiro de 2024, durante reunião realizada na Associação de Moradores de Abacatal, com a presença de representantes do governo do estado do Pará, do Ministério Público Estadual, da assessoria jurídica da Associação, de integrantes da Cáritas Brasileira e de outras representações institucionais, as mulheres que compunham as coordenadorias da Associação manifestaram indignação diante da construção da avenida Liberdade nas proximidades do território.

Após anos de mobilização contrária ao empreendimento, o projeto havia sido autorizado pelo governo estadual, desconsiderando as reiteradas reivindicações da comunidade pela não construção da rodovia. Segundo os moradores, o Estado não respeitou o direito à CPLI, deixando de ouvir a comunidade acerca dos impactos da obra sobre o território. Durante a reunião, uma das lideranças expressou: “Queremos que o governo respeite o nosso Protocolo, seguindo o passo a passo”.

A construtora apresentou um estudo divergente do levantamento feito pelas mulheres lideranças relacionado aos impactos que o empreendimento

provocaria ao território. Para elas, a violação de direitos ocorre justamente quando o Estado desconsidera a perspectiva da própria comunidade, isto é, das pessoas que vivem no território, conhecem suas dinâmicas e compreendem, a partir da experiência cotidiana, os efeitos que determinadas intervenções podem produzir sobre suas formas de vida.

Em decorrência disso, não aceitam que “o de fora” do território fale e decida por eles. Por isso, as mulheres lideranças elaboraram um documento de contestação da forma como a construção da rodovia foi imposta. Na ocasião, uma das participantes na reunião foi incisiva: “Estamos aqui para fazer enfrentamento político, para respeitar o território do nosso jeito, isso aqui não é a consulta prévia [...] Respeita o nosso tempo!”.

As mulheres da comunidade exigiram do governo do estado a revisão do estudo do componente quilombola, apontando, ainda, a ausência de um laudo específico sobre a matriz de impactos do empreendimento. Em 5 de abril de 2023, o governo estadual instituiu a Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH). Contudo, transcorrido quase um ano desde sua criação, a comunidade ainda não havia recebido respostas concretas acerca de suas reivindicações. Diante desse cenário, uma das lideranças afirmou: “Nós não queremos nossos direitos atropelados, mas, se não der em nada, a gente judicializa”.

Embora a reunião tivesse sido solicitada pela própria SEIRDH, representantes da Secretaria declararam não ter respostas efetivas para apresentar à comunidade. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), por sua vez, também não ofereceu encaminhamentos concretos. A ausência de posicionamentos institucionais produziu forte indignação entre as mulheres presentes, reforçando a percepção de que seria necessário intensificar os processos de articulação coletiva em defesa do território.

Nesse contexto, a reunião promovida pela SEIRDH foi interpretada pelas lideranças como uma estratégia de desmobilização das mulheres que integravam a comissão responsável pela leitura e elaboração do estudo de impactos. Os órgãos estatais e as instituições que deveriam assegurar a proteção de grupos historicamente vulnerabilizados revelaram, segundo as interlocutoras, uma atuação marcada pela negligência ante os direitos territoriais quilombolas. Tal dinâmica evidencia a permanência de estruturas institucionais que reproduzem opressões raciais e de gênero, incidindo sobre mulheres negras e indígenas, situadas na base dessas hierarquias de poder.

Os impactos institucionais sobre o Quilombo de Abacatal manifestam-se, portanto, pela omissão e pela insuficiência das ações promovidas por órgãos

públicos como a SEIRDH e a SEMAS. Ao não apresentarem respostas efetivas às demandas da comunidade, tais instituições operam mecanismos de racismo institucional que fragilizam o território e tensionam os processos organizativos das mulheres. Como consequência, as lideranças quilombolas veem-se impelidas a reelaborar e fortalecer suas estratégias de resistência diante de um aparato estatal articulado aos interesses de expansão do capital.

Ao longo de décadas à frente da coordenação da Associação de Moradores, as mulheres abacataenses, reconhecidas como lideranças políticas, vêm se organizando para enfrentar os dispositivos de dominação mobilizados pelo Estado. Entre os mecanismos mais recorrentes apontados por elas está a indução de divergências internas na comunidade, estratégia percebida como forma de enfraquecimento coletivo por intermédio da fragmentação das opiniões e da manipulação dos processos de diálogo e negociação.

As lideranças relatam, de maneira recorrente, que o governo estadual inaugurou esse “jogo desigual” ao perguntar: “O que vocês querem?”. Para elas, trata-se de uma formulação aparentemente aberta ao diálogo e à negociação democrática, mas que opera, estrategicamente, como mecanismo de desmobilização progressiva da comunidade. Conforme suas interpretações, a intenção consiste em produzir divisões internas que, futuramente, favoreçam a implementação de políticas mitigatórias e compensatórias insuficientes diante dos impactos provocados pelos empreendimentos.

Nesse panorama, o aparelhamento estatal é compreendido pelas mulheres como instrumento de defesa dos interesses do capital. A relação entre Estado e comunidade passa, assim, a ser mediada por disputas assimétricas, nas quais o primeiro se vale de mecanismos sutis e sofisticados de opressão, como a produção de conflitos internos estimulados por promessas de “desenvolvimento” e “progresso”. Conforme relataram as lideranças, essa estratégia já produziu efeitos significativos em diferentes momentos da história da comunidade. Durante uma das reuniões, uma moradora sintetizou essa percepção ao afirmar: “atropelar direitos que já estavam atropelados”, referindo-se às resoluções apresentadas pelo governo estadual após a pergunta reiteradamente formulada à comunidade: “O que vocês querem?”.

As medidas de mitigação e compensação integram as práticas recorrentes das negociações conduzidas pelo Estado. Entretanto, para as mulheres abacataenses, quando representantes institucionais afirmam “me fala, o que vocês querem?”, o objetivo consiste em “vencer pelo cansaço”, enfraquecendo a resistência coletiva ao longo do tempo. Nesse contexto, o Estudo de Componente Quilombola (ECQ) é compreendido pelas lideranças como instrumento político indissociável para explicitar os impactos

que determinados empreendimentos podem produzir no território e na vida comunitária.

Em virtude disso, as mulheres enfatizam a necessidade permanente de vigilância e cautela diante das ações estatais, reconhecendo que nem todos os moradores notam os mecanismos de dominação envolvidos nesses processos. A relação entre Estado e sociedade, nessa senda, revela-se atravessada por formas institucionalizadas de poder e controle. Conforme alerta Almeida (2013), é necessário atentar para os processos de despolitização produzidos pelos mecanismos de dominação, na medida em que:

[...] parecem querer que as pessoas vivam como natural a subordinação e nada mais concreto do que vivê-la, imaginando naturalmente que se está sendo “participativo”, que se está sendo “solidário” e que se está sendo “comunitário”. Pertencer a uma associação engendrada de cima pelos mecanismos de poder do Estado torna-se uma forma de viver em sociedade. A recusa individual disso não é fácil nem simples ante o peso dessa imposição nos problemas da vida cotidiana. A construção da subordinação estaria ocorrendo pela ilusão de igualdade e pela ilusão da participação democrática, refletindo numa certa despolitização das iniciativas rotineiras de associativismo e das práticas dos mediadores (sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais) (Almeida, 2013, p. 102).

A crítica dirigida a essa institucionalização reside no fato de ela ser percebida pelas lideranças quilombolas como estratégia estatal de desmobilização dos conflitos socioterritoriais existentes. Como consequência, produz-se a aparência de uma democracia participativa sustentada por discursos que afirmam a realização de políticas públicas voltadas ao bem comum. Contudo, segundo as interlocutoras da pesquisa, tais ações atendem a interesses políticos e econômicos específicos, desconsiderando a autodeterminação dos povos e suas formas próprias de organização coletiva.

Vanuza Cardoso, mulher abacataense, liderança política e pós-graduanda em Sociologia e Antropologia, durante uma roda de conversa realizada em 2022 com discentes da pós-graduação em Serviço Social, discutiu os conflitos socioterritoriais vivenciados pelas comunidades quilombolas no Pará. Na ocasião, enfatizou os desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas para viver na diáspora, destacando a luta pela ocupação dos espaços de formulação e pela construção de políticas sociais.

Para Vanuza, tais espaços são primordiais aos processos democráticos comprometidos com o reconhecimento das especificidades dos povos quilombolas e, em especial, das mulheres quilombolas, que enfrentam

cotidianamente opressões interseccionais dirigidas aos seus corpos-territórios. Como ressalta: “onde o nosso corpo está, está o nosso território, por isso eu sou corpo-território”. As lutas mobilizadas pelas mulheres abacataenses, assim como as inquietações expressas por Vanuza Cardoso, podem ser compreendidas em diálogo com as reflexões de Gago (2020, p. 90):

Essas lutas inventaram a ideia-força de corpo-território, perspectiva que explica como se estrutura hoje a exploração dos territórios sob modalidades neoextrativistas e como elas reconfiguram a exploração do trabalho, mapeando as consequências geradas pela espoliação dos bens comuns na vida cotidiana. Por isso, é estratégica em um sentido muito preciso, que expande um modo de “ver” a partir dos corpos experimentados como territórios e dos territórios vividos como corpos. A imagem do corpo-território revela batalhas que estão ocorrendo aqui e agora, além de assinalar um campo de forças e torná-lo sensível e legível a partir da conflituosidade.

Mesmo sendo necessário para as normas do direito material consagrado nos princípios canônicos do Estado, o título da terra não é garantia de inviolabilidade desses direitos tampouco da sobrevivência do povo que habita o território conforme sua sustentabilidade, isto é, sua forma de organização coletiva e de sustento próprio. Se um território que sobrevive da roça, da pesca, da floresta, do rio, da coleta de frutos, tem seu espaço ameaçado, como poderá se manter vivo? Em resposta a tal reflexão, os abacataenses asseveram:

Vivíamos em paz, mas eis que chega o “progresso”, a urbanização que exclui, e com isso sofremos toda sorte de mazelas e de ameaças à nossa comunidade. Nossas terras já foram invadidas, vendidas e nossas casas derrubadas. Lutamos, resistimos, vencemos. Agora nossos igarapés e o ar que respiramos estão poluídos pelo aterro sanitário (que para nós é um lixão) e pelo despejo de esgotos de condomínios. Na estrada que dá acesso à nossa comunidade retiram aterro e depositam lixo às suas margens. Estamos resistindo e não iremos ser derrotados (AMPQUA, Protocolo de Consulta, 2017, p. 2).

As mulheres abacataenses compreendem que as opressões que incidem sobre suas vidas estão relacionadas ao fato de serem mulheres, negras e quilombolas. Para elas, os ataques dirigidos ao território reproduzem processos contínuos de empobrecimento material e simbólico da comunidade, afetando de maneira intensa a vida das mulheres. Diante desse cenário, a solidariedade

e a organização coletiva constituem-se como estratégias de fortalecimento político e de enfrentamento às violências produzidas pelos poderes público e privado. É na construção cotidiana dessas redes de apoio e resistência que as mulheres afirmam encontrar condições para sustentar a defesa do território e da vida comunitária. Como destacou Maria do Remédio:

As estratégias de lutas é... nós estamos bem mais fortalecidas, a nossa estratégia sempre foi a defesa do território, sempre. Então, nós continuamos com as mesmas estratégias, a união em prol da defesa do território, sempre tem mais mulheres, sempre em reuniões, oficinas, então, precisa fortalecer essas estratégias, principalmente com os moradores (Entrevista audiogravada com Maria do Remédio, 2024).

As mulheres abacataenses compreendem que o fortalecimento das relações internas à comunidade é fundamental para a sustentação de suas lutas. Para elas, nas reuniões com os “de fora”, expressão utilizada para se referir aos representantes do poder público e dos empreendimentos privados, torna-se necessário apresentar argumentos consistentes e posicionamentos coletivamente articulados, evitando interpretações que sugiram divisões ou divergências entre os moradores. Tal preocupação decorre das sucessivas experiências de manipulação e tensionamento político vivenciadas pela comunidade ao longo de sua trajetória de resistência. Por isso, as lideranças afirmam manter-se vigilantes ante estratégias mobilizadas pelos agentes externos, como destacou Evely:

[...] a maneira como Abacatal se organiza é o que diz sobre como a gente vai combater esses empreendimentos [...] que vão chegar, que eles vão causar impactos nas nossas vidas, nos nossos modos de viver, nos nossos costumes, é porque eles chegam aqui com discursos muito bonitinhos, com falas muito bonitas, prometendo mundos e fundos, para mais lá na frente usar tudo isso contra a gente. E a gente sempre tenta trazer esses diálogos. Para as pessoas do território é um pouco difícil, é, mas a gente corre atrás, a gente tá sempre correndo atrás [...] Abacatal tem se tornado, já alguns anos, um quilombo de referência para muitos outros, justamente por essas questões de estratégias, algumas pessoas costumam dizer que a gente é barraqueira, que a gente só sabe resolver as coisas gritando, falando alto, mas é porque a gente já está acostumada com essas falas bonitas, com essas pessoas que vêm disfarçadas de que querem ajudar o território, e não é bem assim! (Entrevista audiogravada com Evely, 2024).

Como estratégia de organização política, as lideranças abacataenses utilizam os espaços de debate internos à comunidade para fortalecer a compreensão coletiva de que os discursos de “desenvolvimento” e “progresso” operam como mecanismos de convencimento e desmobilização. Para elas, a ausência ou insuficiência de informação favorece processos de cooptação capazes de fragilizar a resistência comunitária e comprometer a continuidade do território. Em vista disso, enfatizam que os ataques dirigidos ao quilombo podem conduzir ao desaparecimento da comunidade caso a organização coletiva não seja permanentemente fortalecida.

As mulheres também concebem que a misoginia reproduzida por agentes do serviço público constitui um dispositivo de poder mobilizado pelo Estado para deslegitimar suas narrativas, enfraquecer sua autonomia política e comprometer a credibilidade de suas denúncias. Trata-se, segundo suas interpretações, de uma estratégia que neutraliza as cosmopolíticas ancoradas pelas mulheres quilombolas e desarticula os sentidos de permanência inscritos no corpo-território.

Diante dos achados da pesquisa, o “estar com” essas mulheres ampliou reflexões acerca dos feminismos latino-americanos. Embora diferentes países da América Latina tenham compartilhado processos históricos de colonização, expropriação territorial e regimes autoritários, os feminismos produzidos nesse continente não podem ser compreendidos de maneira homogênea. Conforme argumentam Amoras, Costa e Barros (2021), tais movimentos se constituem a partir de temporalidades, experiências históricas e contextos políticos diversos, marcados por aproximações, tensões e heterogeneidades.

O protagonismo das mulheres abacataenses conduziu este estudo ao diálogo com os feminismos negros, indígenas e comunitários e com formulações pós-coloniais, decoloniais, interseccionais, territoriais e ecofeministas. A intenção consistiu em entender os pontos de convergência entre as experiências dessas mulheres e as lutas mobilizadas pelos feminismos latino-americanos. Entre tais aproximações, destacou-se a crítica ao projeto colonial e às estruturas de poder que amparam o capitalismo, o racismo e o patriarcado. Para as lideranças de Abacatal, não há emancipação das mulheres latino-americanas sem a emancipação dos povos do Sul Global diante das formas históricas e contemporâneas de dominação imperialista.

Cabe destacar que, embora as mulheres abacataenses não utilizem explicitamente o termo “feminismo” em suas narrativas sobre a defesa do corpo-território, suas experiências e práticas políticas tensionam o sistema opressivo de base colonial, racista, sexista e classista. Observou-se, nessa

direção, que aquilo que tem sido denominado “feminismo comunitário”, construído a partir da vida coletiva e de experiências históricas de resistência contracolonial, também se manifesta nas epistemes produzidas por mulheres inseridas em diferentes contextos latino-americanos. Assim sendo, as mulheres abacataenses, com base na experiência comunitária e na centralidade atribuída ao corpo-território, constituem-se como agentes de produção de pensamento feminista e de processos de despatriarcalização do território.

Considerações finais

A inquietação mais pungente desta pesquisa consistiu em conceber as estratégias de organização política mobilizadas pelas mulheres do Quilombo de Abacatal nas tramas de resistência em defesa do corpo-território. Para a análise proposta, o estudo partiu da compreensão amparada pelas próprias abacataenses de que o corpo constitui uma extensão do território ancestral. As narrativas produzidas pelas lideranças políticas permitiram compreender o corpo-território como espaço político ancestral de enfrentamento às violências históricas que ameaçam a permanência coletiva no território.

Nesse aspecto, o corpo dessas mulheres também se constitui como narrativa: um corpo que fala, registra memórias e enuncia a história do lugar e das mulheres negras na diáspora africana amazônica. Trata-se de corpos atravessados por vivências históricas de resistência, cujas trajetórias revelam formas próprias de organização política e de continuidade comunitária.

A liderança feminina em Abacatal possui, logo, uma historicidade própria. Contudo, não se trata de uma trajetória linear, mas de um percurso marcado pelas contradições estruturais produzidas pelas opressões interseccionais que sustentam a lógica de dominação do capital. É precisamente essa experiência histórica vivida pelas mulheres abacataenses que impulsiona a permanência do quilombo na luta pelo direito ao território. Em consonância com as interlocutoras da pesquisa, a centralidade da liderança feminina mantém-se vinculada à memória do protagonismo de Olímpia e de suas filhas na origem do quilombo.

Desde a constituição de Abacatal até o tempo presente, a preservação dos modos de vida em relação de confluência com a terra permanece como fio condutor das lutas comunitárias. Isso porque, mediante o aprofundamento da exploração da terra como mercadoria, os empreendimentos vinculados ao grande capital seguem incidindo sobre a destruição dos territórios originários e tradicionais na Amazônia.

A análise das violações ao território quilombola sob a perspectiva interseccional também suscitou questionamentos que permanecem abertos para investigações futuras. Entre eles, destacam-se as seguintes indagações: quais demandas as mulheres desses territórios apresentam para a construção de políticas comprometidas com a justiça social? De que maneira os conhecimentos ancestrais salvaguardados por essas mulheres contribuem para a formulação de outros horizontes possíveis de existência?

Sem fissuras nas estruturas de dominação, não há transformação social, tampouco superação das formas de exploração sustentadas pelo capitalismo. Destarte, não há efetivação dos direitos humanos nem reconhecimento pleno dos direitos das mulheres que ocupam as periferias do mundo. Trata-se, portanto, da necessidade de valorizar a diversidade dos modos de vida e das culturas que ancoram a preservação de uma Amazônia imprescindível à continuidade da vida no planeta.

Ademais, a realização da COP30, sediada em Belém entre 10 e 21 de novembro de 2025, recolocou a Amazônia no centro das disputas globais. O interesse internacional pela região voltou-se, em grande medida, para a expansão de fronteiras econômicas associadas às riquezas da biodiversidade amazônica. Nesse cenário, os interesses do grande capital sobre a floresta permanecem ativos, ainda que atualmente articulados a formas cada vez mais sofisticadas de financeirização e transações econômicas globais.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JR., Emmanuel de Almeida (org.). **Povos e comunidades tradicionais**. Manaus: UEA, 2013. p. 157-173.

AMORAS, Maria. **“No Abacatal (também), uma Flor”**: um estudo antropológico sobre a relação criança & trabalho. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

AMORAS, Maria; COSTA, Solange Maria G.; ARAÚJO, Luana Mesquita de. O ativismo das mulheres negras escravizadas no Brasil colonial e pós-colonial, no contexto da América Latina. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Dossiê Território, Gênero e Interseccionalidades, [S.l.], v. 23, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202128>

AMORAS, Maria; COSTA, Solange Maria G.; BARROS, Natália Aguiar de. Feminismos e a Emancipação da América Latina. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 366-390, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://>

revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/39847/25092. Acesso em: 31 mar. 2025.

AMPQUA. Associação de Moradores e Produtores de Abacatal e Aurá. Comunidade Quilombola do Abacatal. **Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada**. Ananindeua: [s.n.], 2017. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03D00035.pdf>. Acesso em: set. 2022.

ANJOS, José C. G. Etnia, raça e saúde: sob uma perspectiva nominalista. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio (org.). **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 97-120.

BALLESTRIN, Luciana. O Sul Global como projeto político. **Horizontes ao Sul**, [S.l.], jul. 2020.

CARDOSO, Ana Claudia D.; AMORAS, Maria; GAYOSO, Solange; SILVA, Harley. Contra-cartografias de povos tradicionais nas metrópoles paraenses: repertórios para um urbano amazônico plural. **Revista NAU Social**, [S.l.], v. 13, n. 24, p. 937-953, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.9771/ns.v13i24.44395>

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 118-132, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias a interseccionalidade como teoria social crítica**. Trad. Bruna Barros e Jesus Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022.

GAGO, Verónica. **A potência ou o desejo de feminista transforma tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 64-89.

GIFFONI, Johny Fernandes. **Protocolos comunitários-autônomos de consulta e consentimento quilombolas: direito e negacionismo**. 2020. 291 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15030>. Acesso em: 7 mar. 2023.

GOMES, Flávio Santos dos. **A Hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)**. 1997. 773 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9920>. Acesso em: 8 maio 2025.

HAESBAERT, R. Do Corpo-Território ao Território-Corpo (da terra): contribuições decoloniais. **Geographia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100>. Acesso em: 24 nov. 2022.

LIMA, Karla Dias. Reflexões sobre a liderança feminina na Comunidade Remanescente Quilombola do TUCUM/BA. **Caderno Espaço Feminino**, [S.l.], v. 27, n. 1, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/24848>. Acesso em: 13 set. 2023.

LIMA, Noely da Silva; MACIEL, Ana Amélia de A.; FLORES, Maria do Socorro A. Abacatal: regido pelo signo do caminho das pedras – um repensar sobre a educação ambiental em escola quilombola. In: CONDURÚ, Marise Teles et al. (org.). **Educação e informação ambiental na construção da sustentabilidade na realidade amazônica**. Belém: NUMA/UFPA, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>

MARIN, Rosa Elizabeth A.; CASTRO, Edna Maria R. de. **No caminho de Pedras de Abacatal**: experiência social de grupos negros no Pará. 2. ed. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

NUNES, Georgina Helena L. Mulheres negras em seus protagonismos: paradoxos em relação ao gênero. In: SILVA, U. R.; SENNA, N. C.; MICHELON, F. F. (org.). **Gênero, Arte e memória**: ensaios interdisciplinares. Pelotas: EdgU UFPEL, 2009.

PIMENTEL, Sâmia Maírla V.; SILVA, David Junior de S. Resistência e liderança da mulher negra: um estudo na comunidade quilombola São José de Icatu em Mocajuba-PA. **Nova Revista Amazônica**, [S.l.], v. 10, n. 1, jun. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/nra.v10i1.12765>

SILVA. David Junior de S. O processo de territorialização do Quilombo do Rosa, Amapá, Brasil. **Amazônica – Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 49-85, 2020.

SIROTHEAU, José Luiz T. **Impactos socioterritoriais e identidade quilombola em espaço metropolitano**: o caso da comunidade de Abacatal (Pará). 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8200>. Acesso em: 7 mar. 2023.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 7-17, jun. 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>. Acesso em: 6 maio 2026.

Recebido em setembro de 2025.

Aceito em maio de 2026.